



XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

2, 3 e 4 de Dezembro de 2016

Intervenções sobre Transportes

Catarina Cardoso - Célula dos Ferroviários - Organização Regional de Lisboa.....	2
Anabela Carvalheira - Célula do Metropolitano de Lisboa - Organização Regional de Lisboa...	2
Carlos Carvalho - Célula do sector do Táxi - Organização Regional de Lisboa.....	3
Armando Costa - Célula da Aviação e Aeroportos - Organização Regional de Lisboa.....	4
Manuel Leal - Célula da Carris - Organização Regional de Lisboa.....	5
Nuno Martins - Célula dos Ferroviários - Organização Regional de Setúbal.....	6
Cecília Sales - Luta dos Utentes - Organização Regional de Lisboa.....	7
Ana Maria Teixeira - Luta pelo Passe Social Intermodal - Organização Regional de Lisboa.....	8





Catarina Cardoso Célula dos Ferroviários Organização Regional de Lisboa

Comemoram-se este ano os 160 anos da ferrovia em Portugal. Saudamos com orgulho as gerações de ferroviários que nos trouxeram até hoje, conscientes do saber, do esforço e da luta que tal representou e pela responsabilidade que temos de continuarmos o seu trabalho.

O retrocesso das últimas décadas levou ao encerramento de dois quintos da rede ferroviária nacional, ao fecho de 3 em cada 4 bilheteiras e à perda de mais de metade dos passageiros transportados. Passámos de uma empresa quase auto-suficiente, para uma dependência cada vez maior de multinacionais e empreiteiros de toda a espécie.

Desde o último Congresso, e a par do ataque aos direitos dos trabalhadores, com especial simbolismo o do direito ao transporte entretanto reposto graças à persistência da nossa luta, acentuaram-se as medidas de destruição do sector de grande gravidade, em particular pela via da descapitalização das empresas, fosse pela especulação financeira, nomeadamente SWAPS e Juros; fosse pelo degradar do património.

Só com a "privatização", isto é oferta da CP Carga à multinacional MSC, iniciada no Governo PSD/CDS mas entregue já pelo actual Governo do PS, esbulharam da CP mais de 300 milhões de euros em locomotivas, vagões e equipamentos, valor que daria para comprar todos os 36 comboios que a linha de Cascais necessita, como ainda sobrava para comprar parte das automotoras diesel do serviço regional, poupando à CP os 30 milhões de euros que já gastou no aluguer de sucata a Espanha.

As medidas para reverter este cenário são tão necessárias quanto urgentes:

1- Lançamento imediato dos concursos para aquisição de comboios para a linha de Cascais e de automotoras diesel para o serviço regional. Recordamos que este concurso já foi lançado em 2010 tendo a adjudicação sido abortada pelo Governo de Sócrates.

2 - Contratação de trabalhadores para a CP, nomeadamente maquinistas, revisores e pessoal de estação, revertendo o abandono a que os passageiros estão hoje sujeitos.

3 - Pôr fim à contratação de empresas de trabalho temporário nas empresas ferroviárias, integrando imediatamente no quadro de pessoal todos os trabalhadores com vínculos precários.

4 - Dotar as oficinas de peças sobressalentes, materiais e ferramentas em quantidade necessária para assegurar a manutenção e reparações correntes de toda a frota da CP, garantindo a sua fiabilidade.

5 - Reintegrar as oficinas da EMEF na CP, interrompendo o plano em curso para a sua privatização.

6 - Reconstruir a engenharia ferroviária em todas as suas valências, elemento estruturante da soberania nacional.

7 - Acabar com a criminosa fusão da REFER com as Estradas de Portugal, antes avançando na reintegração da REFER na CP. A fusão REFER-Estradas de Portugal teve como fim canalizar verbas e património da ferrovia para pagar as escandalosas parcerias públicos privadas rodoviárias, e destinava-se a preparar a privatização de toda a infraestrutura rodo-ferroviária. Travou-se essa privatização, mas a degradação da infraestrutura ferroviária é hoje alarmante!

8 - Acabar com a concessão à Fertagus-Barraqueiro da ligação ferroviária Lisboa-Setúbal, integrando esse serviço e os seus trabalhadores na CP.

Camaradas, o horizonte dos comunistas ferroviários continuará a ser o de reconstituir a grande empresa ferroviária nacional, próxima da auto-suficiência, fazendo regressar à CP todas as partes que lhe foram amputadas para justificarem outras empresas. Reabrindo linhas ou construindo novas para que a ferrovia estruture a mobilidade nacional em todo o território continental, sem excepções.

Isto é possível e é necessário.

A luta continua!



Anabela Carvalheira Célula do Metropolitano de Lisboa Organização Regional de Lisboa

Da célula dos trabalhadores comunistas no Metropolitano de Lisboa envio uma calorosa saudação ao XX Congresso do nosso Partido!

Camaradas, os últimos 6 anos ficaram marcados por uma ofensiva brutal contra os trabalhadores, os reformados e o povo no geral.

Uma ofensiva iniciada em 2010 pelo Governo do PS, com os PEC e os Orçamentos de 2010 e 2011. Uma ofensiva intensificada pelo memorando entre as troikas e pela formação do Governo PSD/CDS. Uma ofensiva contra os direitos elementares dos trabalhadores, as suas condições de vida, os seus salários e remunerações, levando o país a patamares de retrocesso social e civilizacional sem precedentes. Esta ofensiva dirigiu-se com particular sanha aos trabalhadores e reformados do sector empresarial do estado, nomeadamente no Metropolitano de Lisboa: atacaram a contratação coletiva; roubaram nos subsídios, no trabalho complementar e noturno; roubaram 4 dias feriados e uma parte dos nossos salários; lançaram um brutal saque fiscal sobre o trabalho. E enquadrando todas estas ofensivas, tentaram privatizar a nossa empresa, ao mesmo tempo que esta era desmembrada e degradada.

A cada ofensiva respondemos com a luta...

Com a luta na empresa e com a participação na luta mais geral dos trabalhadores portugueses. Essa luta foi-nos trazendo importantes vitórias, que hoje importa recordar e valorizar. Travámos o roubo do subsídio de férias; travámos a transformação dos roubos provisórios em definitivos; forçámos a redução do espectro do roubo salarial; defendemos o nosso acordo de empresa; recuperámos os complementos de reforma; recuperamos os dias feriados roubados; e travámos a privatização da nossa empresa.

Demos corpo e sequência à inesquecível luta dos reformados, homens e mulheres que se viram roubados de forma inqualificável, que não deixaram cair os braços e que trouxeram para a opinião pública a justeza da sua revolta, reclamando a justiça que viram negada pelo poder judicial.

Travámos uma luta intensa, na empresa, na rua e no plano institucional, uma luta que sempre soubemos ir ser longa, e que exigiu da célula do Partido a capacidade de ser o motor da unidade e o promotor da perspectiva e da confiança. Uma luta onde sempre contámos com a acção firme, solidária e consequente do PCP nas autarquias e na Assembleia da República. Uma luta onde conseguimos construir uma ampla convergência com os utentes no objectivo comum de defesa da empresa pública e do serviço público de transporte.

Vale sempre a pena lutar... mas só vence quem luta e nós vencemos!

Camaradas, orgulhamo-nos da nossa luta ter contribuído para afastar do poder o Governo PSD/CDS de má memória. Hoje o nosso Congresso realiza-se num quadro político marcado pela luta travada. Mas estamos conscientes que a luta continua. Não só porque ainda não recuperámos tudo o que nos foi roubado, como continua por fazer a ruptura que se impõe para a construção de um Portugal mais justo, solidário e coeso.

Sáimos deste nosso Congresso reforçados, e mais confiantes no nosso Partido, no Partido que está na vanguarda da luta dos trabalhadores contra a exploração, pela melhoria das condições de vida e trabalho, a soberania e o progresso social.

Viva o Partido Comunista Português!



Carlos Carvalho Célula do sector do Táxi Organização Regional de Lisboa

Caros camaradas

Vou falar-vos do sector do táxi, dos profissionais do sector e da sua luta.

O sector do táxi está sob uma fortíssima ofensiva, integrada num processo liberalizador que tenta destruir a realidade económica do sector do táxi, substituí-la pelo domínio das multinacionais, intensificando a exploração dos trabalhadores. Contra essa ofensiva, resistiram e lutaram as células do PCP no Sector do Táxi e os comunistas do sector, agindo muitas vezes no meio de incompreensões, mas levando sempre o incentivo para a luta aos profissionais do sector. Neste processo de resistência e luta, através da FPT, tiveram papel decisivo os micro e pequenos empresários e o movimento cooperativo.

Como disse o camarada Jerónimo de Sousa, num recente e grandioso jantar para o qual foi convidado pelos profissionais do táxi: "Podem contar com o PCP! Vão contar com o PCP!" E assim tem sido!

Os comunistas, profissionais do sector do táxi, em perfeita consonância com o grupo parlamentar do PCP, têm estado sempre na luta e na sua direcção, nomeadamente para que o táxi seja considerado estratégico no sistema de transportes, pelo reforço da protecção aos trabalhadores, pelo combate aos clandestinos e ao transporte da UBER e outros idênticos, por medidas para a regulação do sector do táxi, pela legislação do transporte de crianças em táxi, pela revogação da legislação que impede os táxis de fazerem o transporte simples de doentes, por legislação e regulamentação sobre o regime legal dos tempos de trabalho, do acesso à profissão e à formação, pela implementação do gasóleo profissional e contra o PEC.

Mas, o objectivo concreto da política de direita sempre foi a liberalização do sector do táxi, pois as multinacionais decidiram apropriar-se desta actividade económica. Desenvolveu-se uma forte e ilegal acção das multinacionais, com o governo PSD/CDS a assobiar para o lado. Mas, o governo PS/António Costa veio

colocar-se aberta e activamente ao lado das multinacionais, defendendo activamente a UBER e preparando legislação para legalizar o que é ilegal.

Face a isto, os profissionais de táxi e as suas organizações, com destaque para a FPT, denunciaram, resistiram e organizaram-se para a luta! Uma luta diversificada, em várias vertentes e com duas grandes manifestações nacionais em Lisboa a 29 de abril e 10 de outubro.

O PCP foi e é o único partido a apoiar desde sempre a luta dos profissionais do táxi, sendo da sua iniciativa parlamentar a Lei 35/2016 que entrou em vigor este mês com um conjunto de medidas destinadas a dar eficácia ao combate às ilegalidades no sector!

Que fique claro: o PCP não acompanha a opção liberalizadora do governo. Uma opção que é o caminho oposto àquele que deveria ser seguido e que a concretizar-se, com a liberalização dos contingentes, a legalização da UBER em concorrência desleal ao sector do táxi e o aumento brutal da oferta, poderemos vir a assistir a centenas de falências, particularmente nas zonas urbanas.

Uma outra importante questão no sector do táxi, que queremos aqui sublinhar, é a crescente exploração e degradação das condições de trabalho, sendo preciso trabalhar cada vez mais horas para rendimentos menores. E a situação é ainda mais grave nos “novos” sectores que o Governo quer legalizar, onde a precariedade e a sobre-exploração é a norma.

A luta vai continuar!

Viva o XX Congresso do PCP!

Viva o PCP!



Armando Costa Célula da Aviação e Aeroportos Organização Regional de Lisboa

Os comunistas do sector da aviação e aeroportos, saúdam o XX Congresso.

Camaradas, este congresso será, certamente, um momento marcante na reflexão sobre a realidade política portuguesa e internacional. Aqui discutimos tudo sem embaraços, sem preconceitos. Não estigmatizamos quem tem opinião diferente, o valor das palavras e das ideias tem o real peso da sua argumentação. Isso enriquece esta reflexão que é também mais um momento de dedicação e empenho coletivos pela construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, aonde a dignidade do homem seja plenamente respeitada.

Um dos capítulos fundamentais em que o respeito pela dignidade das pessoas nos obriga a todos a ser determinados e firmes é o mundo do trabalho, sobretudo porque, nos últimos anos os governos da política de direita desvalorizaram o fator trabalho, reduziram direitos, tentaram destruir as organizações sindicais tornaram o mundo mais desigual, mais injusto, mais pobre. Ora, nós, comunistas, temos a obrigação de ser, também nos locais de trabalho, a primeira barreira a essa onda de regressão civilizacional.

No sector da aviação e aeroportos, o setor que represento, os comunistas, com outros camaradas de trabalho, temos definido como prioridade a defesa e conquista da contratação colectiva. Nós não vendemos ilusões, despertamos a consciência cívica e de classe, mobilizamos para a intervenção política, não substituímos ninguém na defesa dos seus direitos, encontramos-nos na defesa e na conquista desses direitos. E isso faz toda a diferença. Diferencia-nos de outros, porque nos damos a conhecer nos momentos mais marcantes da defesa desses direitos, e porque fomos, a maioria de nós, iniciados na intervenção política exatamente aí, na defesa dos direitos, na luta por melhores condições de vida, na intransigência pela defesa da dignidade da pessoa humana.

Perdoem-nos os outros alguma imodéstia, mas julgo que era também dessa superioridade moral que Álvaro Cunhal falava.

Camaradas, o Sector Empresarial do Estado é e será



cada vez mais o instrumento crucial para o desenvolvimento do país. As privatizações e o desmantelamento do sector público que aconteceu na aviação civil e aeroportos, foram crimes que urge reverter. As receitas do turismo ascendem já a 12 mil milhões por ano e a esmagadora maioria dessa receita provém dos 40 milhões de passageiros nos aeroportos nacionais. Mas as privatizações, consumados ou em curso da ANA, da TAP, da SPDH, da Portway e das Lojas Francas sangram essa riqueza para o capital e para as multinacionais e ainda limitam as suas possibilidades de contributo para o desenvolvimento do aparelho produtivo nacional.

Em nome de mais e melhor concorrência e melhor serviço semearam nos Aeroportos a desregulação laboral, a redução de direitos e salários, o aumento brutal de precariedade, os despedimentos coletivos. Isso afecta particularmente o Handling, os Assistentes de Portos e Aeroportos e os milhares de trabalhadores nas empresas subcontratadas e prestadoras de serviço, mas tende a generalizar-se a todo o sector.

A TAP, o maior exportador nacional, depois de um longo processo de desestabilização, foi ilegalmente privatizada em 2015, com o actual governo a não reverter a privatização apesar das promessas feitas e da grave descapitalização que está a sofrer.

A NAV sofreu sucessivos ataques da União Europeia, apostada em destruir a soberania nacional sobre o controlo do espaço aéreo nacional.

Camaradas,

A luta dos trabalhadores e a acção do PCP acompanharam estes processos, e é na conjugação do reforço da luta e do reforço do PCP que está a possibilidade de uma ruptura com o caminho que está a ser imposto ao país e ao sector. A defesa da nossa soberania enquanto país, das condições de vida do nosso povo e dos direitos de quem trabalha, são pegadas da nossa existência como partido que jamais se apagarão.

Viva o XX congresso

Viva o Partido Comunista Português



Manuel Leal Célula da Carris Organização Regional de Lisboa

Uma saudação prévia a todos os presentes.

No último Congresso, os trabalhadores da Carris, CarrisBus e CarrisTur estavam confrontados com uma das maiores ofensivas de sempre para a concretização da sua entrega ao capital privado.

Objetivo que na Carris foi sendo preparado pelos diversos governos da política de direita - PS, PSD e CDS - destruindo o setor oficial, precarizando as relações do trabalho, autonomizando a CarrisBus e a CarrisTur, degradando o serviço público prestado, através das "fases da rede 7" que antecedem os ainda maiores cortes de 2011.

A resistência e a luta dos trabalhadores do sector, incluindo na Carris, permitiram derrotar a ofensiva privatizadora e impor a sua reversão.

A reversão da privatização não resolveu todos os problemas nem afastou todos os perigos existentes, e no último ano, perante a passividade do Governo PS, a oferta continuou a degradar-se e com a municipalização a aparecer como falsa solução milagrosa.

Afirmamos que se for concretizada a municipalização da Carris, ela constituirá uma antecâmara para a privatização e uma oportunidade adiada na construção de um verdadeiro sistema integrado de transportes públicos ao nível da AML, que responda às necessidades das populações e à visão estratégica de crescimento da própria Carris.

A Carris deve ser uma autêntica empresa pública, cuja organização, financiamento e planeamento da rede seja feita numa lógica de funcionamento integrado da rede de transportes públicos metropolitanos, no cumprimento das necessidades dos utentes e utilizando os recursos do Orçamento do Estado. Com uma autêntica Autoridade Metropolitana de Transportes não governamentalizada, com poderes e meios efetivos e onde para além de representantes do Estado, participem os representantes das empresas, das autarquias da área metropolitana, dos trabalhadores e dos utentes.

O projeto de Resolução Política que temos em mãos, correspondendo ao processo de discussão preparatório do



Congresso, no qual não deixámos de dar os nossos contributos, contempla esta visão da construção de um Sistema público integrado de transportes públicos.

Também não podemos deixar de expressar a nossa concordância face ao posicionamento do Partido, no atual quadro político, não tendo ilusões quanto à natureza de classe do PS, mas aproveitando ao máximo as potencialidades que este quadro de correlação de forças permite, para chamar os trabalhadores à luta, para elevar a consciência política dos trabalhadores e do Povo, provocar a rutura com a política de direita, por uma política patriótica e de esquerda, por uma democracia avançada, pela criação das condições objetivas e subjetivas para a superação revolucionária do capitalismo, e a construção do socialismo e do Comunismo!

Vamos à Luta!

Viva o Partido Comunista Português!



Nuno Martins Célula dos Ferroviários Organização Regional de Setúbal

Ao colectivo do Partido aqui representado pelos delegados, endereçamos as nossas saudações de luta e combate pela democracia e o socialismo.

Falo-vos em nome da célula dos ferroviários na organização regional de Setúbal, que conta com 32 membros distribuídos pelas empresas CP, IP, EMEF, Soflusa e CP-Carga, hoje empresa privada denominada MedWay da multinacional MSC e é sobre esta empresa que vos venho falar.

A CP-Carga era uma das empresas incluídas no pacote de privatizações do governo do PSD/CDS que aprofundou violentamente a ofensiva que foi desenvolvida ao longo de dezenas de anos por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, através do desmembramento da CP em diversas "áreas de negócio", seguido da transformação de algumas em empresas de capitais públicos, tendo por objectivo criar condições para a sua privatização. Uma ofensiva que contou e conta com o combate e luta firme e decidida do PCP e do Movimento Sindical Unitário e da generalidade dos trabalhadores do sector.

A privatização da CP-carga foi anunciada, tal como todas as outras privatizações, como se fosse do interesse do país. Nada mais falso, o que ela foi de facto foi uma enorme operação de esbulho de recursos públicos, um crime económico e um atentado à independência e soberania nacionais.

A privatização concretizou-se já no decurso da vigência do governo do PS. Revelou que as expectativas existentes em muitos trabalhadores da empresa por força da nova correlação de forças saída das eleições de Outubro e da solução política encontrada eram elevadas mas não foram correspondidas devido ao grau de comprometimento do PS com questões essenciais da política de direita desenvolvida no nosso país há dezenas de anos.

Esta é uma daquelas questões que demonstra claramente a justeza e o rigor da afirmação do nosso Partido sobre o alcance e limitações da solução política encontrada, e do papel e importância insubstituíveis da luta dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses de classe e satisfação das suas aspirações.

Comaradas, bem pode o patronato tentar alterar as condições em que se presta o trabalho na empresa, e com isso aumentar a exploração e alterar a correlação de forças em seu benefício que não o vai conseguir. E não vai conseguir porque eles privatizaram a CP-carga, mas com isso não privatizaram a opinião e a justeza das razões dos trabalhadores e das suas organizações de classe nem do PCP, e muito menos privatizaram a determinação dos trabalhadores da empresa em prosseguir e intensificar a luta pela aumento dos seus salários, a melhoria das suas condições de vida e pela renacionalização da empresa e a sua integração numa CP pública una e ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Não vamos baixar os braços, a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da CP-Carga, obrigam-nos a reforçar a intervenção, a mobilização e a luta, na qual o PCP e os comunistas estarão como é seu dever na primeira linha do combate.

Viva o XX Congresso do PCP!

Viva a luta dos trabalhadores!





Cecília Sales Luta dos Utentes Organização Regional de Lisboa

Camaradas,

Os sucessivos governos da política de direita, em especial o último Governo PSD/CDS, desenvolveram a sua política a favor dos grandes grupos económicos, procurando transformar direitos consagrados em privilégios acessíveis apenas a quem pudesse pagar.

Os transportes públicos têm sido um alvo preferencial desta ofensiva, como é facilmente comprovado pela acentuada degradação sentida nos últimos anos, designadamente, no serviço do Metro e da Carris, na cidade de Lisboa.

O actual Governo tem-se limitado a fazer promessas, a adiar soluções urgentes. A maioria PS na Câmara Municipal de Lisboa tem demonstrado uma atitude passiva que contrasta com o "show-off" recentemente montado em torno da "milagrosa" solução da municipalização da Carris.

A luta em defesa dos transportes públicos tem uma importante componente de classe, pois é através da sua utilização que amplas camadas da população podem aceder a muitos outros direitos ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer.

Quando nos tiram os transportes públicos, tiram-nos o acesso a bens e serviços essenciais à nossa vida.

Estes avanços e tentativas de destruição dos transportes públicos confrontaram-se sempre com a luta das populações que, mais uma vez, se mobilizam e lutam.

Lutam pelo direito à mobilidade e transportes públicos acessíveis a todos, também por intermédio da Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa, nas várias acções que tem desenvolvido contra a degradação do serviço de metro e autocarro.

Lutaram no passado dia 22 de Setembro quando cerca de 3 centenas de utentes e trabalhadores se manifestaram e exigiram respostas urgentes.

Lutaram diariamente entre o dia 24 de Outubro e o dia 21 de Novembro, com o lançamento da campanha "20 carruagens paradas-20 dias de luta", que percorreu várias estações de Metro e, durante a qual, foram distribuídos mais de 15 mil documentos

sobre os diferentes problemas do Metro. Foi uma experiência com 20 acções de luta, simples, mas em que, com uma abordagem criativa, estivemos na rua, ouvimos as pessoas, recebemos as suas queixas, reclamações e exigências, ouvimos os seus exemplos diários e demos expressão à sua indignação.

Foram recebidas dezenas de contactos e propostas de adesão à Comissão de Utentes, que se alargou, reforçou e valorizou, devido ao empenho, convicção e tenacidade com que desenvolvemos esta luta, que continuaremos a travar.

Os comunistas têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento da luta de massas e o fortalecimento das suas organizações e movimentos, de intervir no plano do trabalho político unitário e na dinamização da intervenção para a resolução dos problemas concretos do povo.

Esta experiência reforçou não só a luta e o movimento de massas, mas o próprio Partido, pelo ânimo que gerou entre os camaradas e nas organizações locais onde cada uma das iniciativas foi feita, o que comprova que a luta é elemento fundamental para o nosso reforço orgânico, para mais e melhor Partido, forjado e reforçado na luta de massas.

Por isso, partilhamos aqui esta experiência que confirma, na prática, o que sabemos na teoria.

Experiência que confirma que, quando saímos à rua, nos alargamos e reforçamos.

Que voltamos com mais ânimo, mais alegria e mais confiança.

Que, quando regressamos, somos mais do que quando partimos!

Viva o XX Congresso!

Viva o Partido Comunista Português!





Ana Maria Teixeira Luta pelo Passe Social intermodal Organização Regional de Lisboa

Camaradas,

Com a Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, medida de grande relevo social, de desenvolvimento de uma política de transportes estruturante e coerente, garantindo o direito à mobilidade e ao bem-estar das populações, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

Como instrumento promotor da mobilidade e do uso do transporte público, tem sido alvo de constantes tentativas de descaracterização, principalmente por acção e pressão das empresas privadas que operam no sector. Nomeadamente no aumento desproporcional do seu custo face ao salário mínimo nacional e na falta de adequação da sua cobertura à oferta da actual rede de transportes.

Por culpa dos sucessivos governos PS, PSD/CDS que, além de nunca terem feito qualquer proposta no sentido de garantir uma eficaz política de transportes, assente no direito à mobilidade de todos e para todos, também se opuseram à aprovação de projectos lei que ao longo dos anos o PCP foi apresentando na Assembleia da República.

As recentes iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na AR, com soluções concretas relativamente ao passe social intermodal, visam dar resposta às necessidades das populações, pois entendemos, tal como entendem as pessoas, que este é um instrumento central na promoção de uma política de transportes que cumpra o papel para que foi criado.

As linhas centrais da proposta do PCP passam, de forma integrada, por um princípio fundamental: um passe social para todas as carreiras, de todos os operadores e de toda a área metropolitana de Lisboa. Passa também por:

- Tornar os transportes públicos mais atractivos, com preços que estimulem o seu uso e com um apoio mais efectivo do Estado que garanta este serviço essencial e o mantenha de domínio público.

- Inverter a constante redução da oferta, rompendo com o estímulo de incentivo ao uso do transporte individual.

- Promover o aumento significativo de utentes, quebrando o ciclo recessivo do aumento do preço leva à degradação do serviço, que por sua vez leva à perda de utentes, que depois justifica um novo aumento de preços e uma nova redução do serviço para o adequar à procura e assim sucessivamente.

Propomos também que seja garantido um regime de preços para jovens, estudantes, reformados, pensionistas e idosos com um desconto de 50% que nunca lhes deveria ter sido retirado.

Estas são as motivações que nos levaram para as ruas, durante meses, em acções de contacto com as populações e recolha de assinaturas através de um abaixo-assinado de apoio à adopção destas medidas. Na AML recolhemos num mês, mais de 7 mil assinaturas, expressão directa desta exigência e da expectativa de progresso que significaria a sua aprovação.

Ao nível local, tivemos câmaras municipais, assembleias municipais e assembleias de freguesia que por unanimidade aprovaram moções em defesa do alargamento do Passe Social, manifestando o seu apoio à proposta do PCP, tendo em conta a importância estratégica que assume e que implica directamente com a vida das pessoas.

Contrariamente ao que sucedeu nas autarquias, a proposta que o PCP apresentou foi rejeitada na AR, com os votos contra do PSD, PS e CDS e a abstenção do BE.

Mas isto não nos demove e não vamos desistir de lutar por esta proposta, porque é justa, porque é necessária, porque é uma exigência das populações e porque é ao lado delas e dos trabalhadores do sector dos transportes que está a nossa força, que radica a nossa luta e é com eles que vamos estar sempre em defesa dos seus interesses e das suas aspirações.

Viva o XX Congresso!

Viva o Partido Comunista Português!

